

Belo Horizonte, 28 de junho de 2023

Aos companheiros da ABRAPO

Aos Sindicatos, órgãos de imprensa, organizações, deputados e pessoas que contribuíram para a participação dos advogados da ABRAPO no julgamento do companheiro Luzivaldo em Campina Verde

A Comissão Nacional da LCP agradece sinceramente a todos que envidaram esforços para a campanha pela libertação do camponês Luzivaldo de Souza Araújo, Coordenador da LCP na Área São José da Boa Vista em Campina Verde, triângulo mineiro.

Informamos que a campanha segue, pois o companheiro foi condenado no julgamento realizado naquela comarca na segunda-feira 26 de junho, mas o esforço de todos alcançou resultado relevante para os que lutam pela verdadeira justiça, e mais cedo do que tarde o companheiro estará entre nós.

A banca de advogados da ABRAPO, acompanhada pela responsável da área de Direitos Humanos da OAB-MG; delegações da LCP e da FNL, os camponeses de Campina Verde e Ituiutaba; os familiares de Luzivaldo, inclusive sua mãe (que veio da Bahia) e seus filhos pequenos; toda essa participação frustrou os planos de agentes do Estado corruptos e visceralmente comprometidos com a extrema-direita reacionária e o latifúndio, de levar a cabo sua farsa de criminalizar Luzivaldo e o movimento camponês.

Ao final da leitura da sentença condenatória, pronunciada por um juiz visivelmente envergonhado (ele não participou da farsa armada contra Luzivaldo, pois assumiu a comarca recentemente), os presentes ao Tribunal proclamaram em alto e bom som:

- LUZIVALDO É INOCENTE! LUTAR NÃO É CRIME!

Para os que contribuíram saibam o que aconteceu e tenham mais elementos para que possam seguir lutando junto conosco nesta causa, neste agradecimento vai uma breve síntese dos fatos.

Presença de familiares, lutadores do povo e massas

Logo ao descer do camburão que o conduzia, Luzivaldo foi saudado pelos companheiros presentes, que com bandeiras de seus movimentos (LCP e FNL) e duas faixas (LIBERDADE PARA LUZIVALDO e TÍTULO DA TERRA JÁ PARA TODOS OS POBRES DO CAMPO) entoaram as palavras de ordem: “Liberdade já, Luzivaldo é inocente” e “Viva a luta pela terra!”.

Logo chegou o reforço repressivo, 5 viaturas da PM com policiais armados com escopetas e tudo mais. Os manifestantes não se intimidaram. Dentro do fórum, os advogados de Luzivaldo solicitaram ao juiz que ele pudesse ver os filhos (6) e a mãe, os quais não via há pelo menos 4 anos. Quem assistiu a cena contou que o juiz, agentes penitenciários e funcionários do fórum, que acompanharam o encontro, ficaram emocionados.

Auditório pequeno, foi garantido o lugar para os parentes de Luzivaldo e de Danilo, este o camponês assassinado cuja autoria do crime era imputada a Luzivaldo. Os outros lugares foram ocupados por parte dos manifestantes e o público em geral. Pasmem, nenhum parente de Danilo presente! Para quem acompanhou todo o processo isso não foi nenhuma surpresa. Todos eles sabiam que no banco dos réus não estava o assassino de Danilo. Desde quando essa justiça podre, o latifúndio, os poderosos de Campina Verde, vão apurar a morte de um camponês humilde que

trabalhava tirando leite em uma propriedade vizinha a área em contenda? A completa falta de justiça para Danilo e seus familiares, a apuração do crime e a punição de seus executores, também atesta a farsa do dia 26 de junho.

Mas o fato é que a presença dos familiares e camponeses da própria região e de outras, movimentos de luta pela terra, uma banca de dois advogados de Goiânia, dois advogados e um estagiário de Rio de Janeiro, um advogado de Belo Horizonte e a representante da OAB-MG atuando como advogada, já logo de início jogaram luz sobre o sombrio processo-farsa contra Luzivaldo, contra as massas camponesas de Campina Verde e contra a LCP.

Jogo de cartas marcadas

Entre os advogados e a coordenação da Liga havia a certeza de que este júri de Campina Verde serviria apenas para “legalizar” a prisão e condenação de Luzivaldo. Prisão criminosa, praticada pelo “promotor de justiça” e pela “juíza” da comarca, que atuavam em quadrilha no tráfico menores, com muitas ramificações. O “*modus operandi*” destes canalhas é o mesmo que ficou conhecido nacionalmente com o desmascaramento da quadrilha de Moro e Dallagnol (neste caso, quem operava as marionetes ainda não apareceu, mas os prêmios que o primeiro recebeu no USA dão clara indicação).

A absolvição de Luzivaldo era, portanto, uma impossibilidade nessas condições. Mas a demolição das acusações, provar que se tratava de uma farsa, revelar os autores da farsa, os interesses por trás da farsa, eram as tarefas de nossos advogados, que as cumpriram de forma altiva, serena, combativa, coletiva e organizada. Ao final das mais de 12 horas de embates, durante a manhã, a tarde e a noite do dia 26 de junho em Campina Verde, e apesar da condenação, foram Luzivaldo, seus companheiros e os advogados saíram vitoriosos. A inocência de Luzivaldo ficou provada, a farsa de sua prisão foi revelada, e a quadrilha que a praticou começou a ser exposta.

Conscientes do que de fato aconteceu na pequena cidade do triângulo mineiro, ao receber os advogados, os manifestantes soltaram rojões. Quanto à condenação ...

Vitória de Pirro

A pena de Luzivaldo foi a mínima para todos os quesitos em que foi condenado, 15 anos e 10 dias. O recurso pela anulação do julgamento-farsa já foi apresentado. Mesmo assim, com o tempo de mais de três anos que já cumpriu e o trabalho no presídio, logo ele poderá participar mais ativamente de sua defesa em liberdade. Como afirmamos anteriormente, o juiz estava visivelmente constrangido com a sentença que lia. E mesmo agentes penitenciários e policiais militares presentes, diante do choro da mãe de Luzivaldo, tentaram consolá-la com as informações que apresentamos acima, de que logo estará solto.

O que ocorreu foi que, mesmo com um corpo de jurados composto por latifundiários, parentes de latifundiários, a “fina flor” da sociedade local (quando saíram os jurados que não foram sorteados, vimos seus trajes, modos e carros: não tinha nenhum trabalhador que pega no pesado), o promotor precisou da réplica para salvar a condenação tramada e, ao fazê-lo, foi obrigado a se abrir.

Durante a audiência nossos advogados reduziram a denúncia a pó. Demonstraram a inconsistência das palavras do policial que “ouviu falar” que o crime fora cometido por Luzivaldo. O policial mentira. Mostraram como no depoimento à polícia, as filhas de Luzivaldo, menores de idade, foram coagidas pelo Conselho Tutelar e pelo delegado local. Luzivaldo também falou, tranquilo, explicando com riqueza de detalhes todas as contradições das falsas acusações. Denunciou o latifúndio e as covardias de policiais contra os camponeses. Enquanto isso o promotor rebojava, visivelmente nervoso, tentando com firulas e jogo de palavras encontrar contradições nas respostas. Mas não tinha nada, ninguém viu o crime, não havia motivos para ser cometido por Luzivaldo, com ele não foram apreendidas armas, a ameaça que o acusaram de disparar contra o policial foi uma grotesca inversão dos fatos, fora Luzivaldo o ameaçado. O que tinha no processo teria que ser maquinado mil vezes para que Luzivaldo fosse preso e

levado a júri. Como bem disse um de nossos advogados, ali só tinha mentiras, fofocas, e desafiou o promotor a provar o que afirmava. Colocou o dedo na ferida, perguntando se ali estava um “promotor de justiça” ou um “assistente de acusação”, se se buscava a verdade dos fatos ou encobrir uma farsa contra Luzivaldo para atacar ele e seus companheiros que lutavam pela terra. A advogada de Luzivaldo, inclusive, lembrou que a primeira vez que ouvira falar de Campina Verde foi quando, na condição de responsável pelos direitos humanos na OAB-MG, recebeu uma denúncia de que juizes, promotores e conselheiros tutelares, estavam a retirar crianças dos pais e as traficar ... E lembrou aos jurados que estavam ali para julgar pelo que foi provado.

O que restava, então, ao “promotor de justiça” José Cícero Barbosa da Silva Júnior? O que ele realmente fez: mandar as favas o processo, defender sua quadrilha, ameaçar os jurados em sua condição de Coordenador do Grupo de Atuações Especiais de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Uberaba, citando-os por seus nomes para intimidá-los. O canalha requeitou o discurso da extrema-direita contra os que militam na área dos direitos humanos; defendeu o policial “cumpridor da lei” que “ouviu falar” que fora Luzivaldo, e o acusou ao mesmo tempo em que prevaricou em descobrir quem matou Danilo; citou o nome da Conselheira Tutelar que ameaçou as filhas de Luzivaldo (a mesma que está no processo de tráfico de crianças); defendeu o delegado que, ao arrepio da lei, tomou de forma ilegal o depoimento das filhas menores de Luzivaldo; e por fim, se dirigindo aos jurados pelo nome, principalmente os latifundiários, lhes cobrou a condição de classe. E foi em claro tom de ameaça que fez questão de citar os nomes, para logo em seguida afirmar que já morava em Campina Verde há 9 anos e iria seguir por lá combatendo o “crime” (aqui fica subentendido, os advogados de defesa vão embora e eu fico, eu posso me vingar ...).

O desesperado apelo final do Promotor, e aqui é subjetivo mas nós afirmamos, era o de que o poder do latifúndio na pacata Campina Verde estaria em risco caso ele, o Dallagnol da cidade, ficasse impedido de praticar seus crimes, manter sua quadrilha e agir acima da lei.

São os fatos. Condenaram Luzivaldo, mas se condenaram também. Vitória de Pirro!

Segue a luta

Portanto, após este breve relato, encerramos este agradecimento aos que contribuíram para provar a inocência de Luzivaldo convidando a todos para redobramos nossos esforços, levantarmos mais recursos, divulgar mais tudo o que aconteceu, e tirar Luzivaldo das garras desta quadrilha de criminosos, malfeitores, o lixo feudal-latifundiário do Brasil. A vida de Luzivaldo corre perigo.

Muito obrigado a todos.

Luzivaldo é Inocente! Lutar não é crime!

Comissão Nacional das Ligas de Camponeses Pobres